



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

PATRIMÔNIO E CIDADE: UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ

HERITAGE AND CITY: A GEOGRAPHIC READING OF THE CITY OF BELÉM DO PARÁ

(Pesquisador convidado)

Maria Goretti da Costa Tavares

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora Associada da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará.
mariagg29@gmail.com

Resumo

Os roteiros culturais e ou turísticos apresentam-se como relevantes para a valorização do patrimônio local, possibilitando um amplo debate da valorização do lugar e a ressignificação do turismo. Este artigo apresenta a importância de roteiros e ou percursos urbanos que valorizem a apresentem o patrimônio cultural local, seja material ou imaterial, objetivando demonstrar a importância do direito a cultura, ao patrimônio e cidade. Apresenta-se a experiência teórica metodológica da experiência de um projeto de roteiro a pé na cidade de Belém do Pará, pautado no conhecimento geográfico como carro chefe da interpretação da cidade. Como resultado configura-se uma proposta que possui a perspectiva do direito à cultura, demonstrando a importância e necessidade de se conhecer e valorizar o patrimônio cultural, e que se coloca como instrumento imprescindível para viabilização da participação social e atuação conjunta entre população e poder público na valorização das cidades.

Palavras-chave: Patrimônio, cidade, Belém, Espaço.

Abstract

The cultural and / or tourist itineraries are relevant for the valorization of local heritage, allowing a wide debate on the valorization of the place and the re-signification of tourism. This article presents the importance of itineraries and / or urban itineraries that value the presentation of local cultural heritage, whether material or immaterial, in order to demonstrate the importance of the right to culture, heritage and acidity. It presents the theoretical methodological experience of a walking script project in the city of Belém do Pará, based on geographical knowledge as the chief car of the interpretation of the city. As a result, a proposal is presented that has the perspective of the right to culture, demonstrating the importance and necessity of knowing and valuing cultural heritage, and which is an indispensable instrument for the viability of social participation and joint action between population and public power in the valuation of cities.

Keywords: Heritage, city, Belém, Space.

Introdução

Sobre o debate teórico conceitual de roteiros turísticos e ou culturais, a bibliografia brasileira ainda é muito escassa. Encontram-se algumas publicações que buscam uma análise do planejamento de roteiros, de acordo com os tipos de viagens, a adequação das localidades receptoras e a atuação dos mercados emissores. Nessa direção, uma das principais referências é o estudo de Miguel Bahl (2004, p. 42) sobre Viagens e roteiros Turísticos, que define: “roteiro: descrição pormenorizada de uma viagem ou do seu itinerário. Ainda, indicação de uma sequência de atrativos existentes numa localidade e merecedores de serem visitados”.

Nesse sentido, estudos que valorizem um debate teórico e conceitual do que seja um roteiro turístico e mais, que se preocupe com a questão metodológica dos procedimentos na elaboração de um roteiro, emergem como necessários para fomentar o arcabouço teórico e metodológico e interdisciplinar da forma e conteúdo do que seria um roteiro turístico.

Os Roteiros turísticos e ou culturais tem íntima relação com a valorização do patrimônio cultural natural, material ou imaterial dos lugares, das cidades, do mundo. Compreende-se aqui o turismo como uma prática social que possui a característica de contribuir significativamente para os processos de produção e consumo dos espaços (CRUZ, 2003).

Vista desse modo, a atividade turística possui elementos gerais que a caracterizam, como a existência do trade turístico – conjunto de instituições e agentes que operam no mercado turístico. Esses agentes são os principais responsáveis pela comercialização turística dos lugares.

O turismo orientado por esses agentes obedece à lógica de produção capitalista, caracterizada pela produção em série e pela busca de aumento quantitativo do consumo, para diminuir custos e aumentar lucros com essa atividade.

Nesse contexto, o turista (reduzido a consumidor) é direcionado para o consumo desses “produtos” “empacotados” e disponíveis no mercado. Nessa lógica de produção, elementos espaciais, materiais e imateriais, são selecionados para compor o “produto turístico”.

Os critérios para a seletividade desses elementos obedecem demandas do consumidor-turista, aos interesses do próprio trade e ao discurso ou à marca que se que criar sobre os lugares, em uma perspectiva de gestão empresarial desses lugares.

Essa seletividade está pautada principalmente em aspectos estéticos e comportamentais, que correspondam à valores globais sobre o que é “turístico”, ou o que é “exótico” ou o que é valorizado no lugares.

É nesse contexto que os centros históricos de diversas cidades brasileiras passam por processos de “revitalização” (ganham uma nova vida, com a presença de novos agentes e novos usos

sociais), que, a despeito de ressaltar o que é diferencial em cada uma dessas áreas centrais, tem ocorrido de maneira um tanto padronizada, com o realce do colorido das fachadas, com a instalação de serviços de hospedagem, gastronomia, venda de souvenir e artesanato.

Esse processo desconsidera, em grande parte, demandas locais dos habitantes das cidades, em especial dessas áreas que compõem os centros históricos, por serviços básicos, como infraestrutura saneamento e melhorias nos espaços de suas atividades culturais e econômicas.

Ressignificar o turismo, a partir da experiência do roteiro, representa a demonstração de que o turismo pode ser essa arena onde para (e através de) a visita do outro, os agentes locais passam a (re) conhecer e (re) valorizar sua história e seu espaço. Nesse sentido um roteiro cultural e ou turístico pode evidenciar o mosaico de agentes e de modos de vida que produzem o centro histórico da cidade contribui para a perspectiva pedagógica do turismo, já que “a viagem proporciona o conhecimento” (FIGUEREDO, 2010, p. 29). O roteiro pode inserir locais que não têm sido incluídos frequentemente nos passeios comercializados, espaços nos quais é nítida a carência de ações do poder público, principalmente no que se refere à limpeza e segurança, ao contrário do que ocorre em certos espaços restaurados e refuncionalizados (CIFELLI, 2010). Além disso, um roteiro com estes objetivos podem significar o que Paes (2009, p. 176) propõe para as inúmeras possibilidades de inclusão social a partir da participação da população nos processos decisórios, na gestão do turismo, na educação patrimonial, na capacitação destas populações para ofícios ligados à preservação, restauração e inúmeras atividades associadas ao setor turístico e ao patrimônio cultural.

Este artigo apresenta a importância de roteiros e ou percursos urbanos que valorizem e apresentem o patrimônio cultural local, seja material ou imaterial, objetivando demonstrar a importância do direito a cultura, ao patrimônio e a cidade. Para tal apresenta a experiência de um projeto de extensão que acontece na cidade de Belém do Pará desde o ano de 2011 (projeto coordenado pela autora deste artigo), apresentando sua proposta teórica e metodológica e seus impactos para o processo de educação patrimonial da cidade.

A estrutura do artigo encontra-se dividida em 03 partes, a saber: a) turismo e espaço: uma relação necessária para a compreensão do patrimônio cultural e turístico; b) a educação patrimonial como promoção do direito à cultura e, c) projeto roteiros geo-turísticos: sua proposta teórica-metodologia e a leitura geográfica da cidade.

Turismo e espaço: uma relação necessária para a compreensão do patrimônio cultural e turístico

Apesar de muitos debates acerca da importância do espaço ter sido realizado nas temáticas que envolvem o turismo, pouco se tem sabido a respeito da real significância, ou melhor, de como o espaço realmente importa para se compreender a dinâmica da atividade turística.

Diversos são os autores que já se debruçaram sobre esse assunto, notadamente, os ligados aos estudos da geografia (gerando, assim, um recente segmento chamado geografia do turismo). Em uma temática que envolve o estudo do patrimônio material e imaterial dos lugares, o entendimento da relação entre o espaço e o turismo torna-se, portanto, a condição para a análise da essência do tema em questão. Santos (2002) evoca a ideia de que o espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas, como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63). Nessas condições, o autor aponta para a inseparabilidade que há entre aquilo que se produz (os objetos) e aquilo que dá condição de sua existência (a ação ou atividade empregada na fabricação-construção das coisas). Como esses elementos não se dão de forma separada, significa afirmar, também, que para que o espaço seja entendido da forma como ele é, torna-se necessário um determinado tempo, justificando, assim, a importância da história.

Nesses termos, os estudos sobre o patrimônio tanto material como imaterial dependem assim, de uma condição para sua existência, o que lhe é garantida através de uma base concreta, ou seja, o espaço, que aqui só pode se entendido senão pela construção humana. Santos (2002) ainda acrescenta a ideia de que os objetos e as ações se dão de forma interativa, o que confirma mais ainda a inseparabilidade entre estes dois elementos. Para o autor: sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002, p. 63).

O patrimônio cultural de uma cidade só se torna como tal por conta das atividades que os homens empregaram nele se deram ao longo do tempo. Por esse lado, justifica-se que um determinado patrimônio cultural só tem valor por conta de suas condições tanto políticas, como sociais e econômicas, acrescentadas, ainda por uma condição técnica. (PAES, 2009). Porém, ainda no que se refere a essa relação entre o patrimônio e o espaço geográfico, estes dois dependem ainda da paisagem como elemento “divulgador” e ratificador da condição de suas existências. Assim, para que o espaço geográfico possa ser visível, a paisagem surge como ente que liga aquilo que é concreto/material àquilo que é suscitado no campo da subjetividade (SERRA & TAVARES, 2016).

A paisagem é assim uma síntese ou arquétipo das manifestações simbólico-culturais que formam um determinado patrimônio. A paisagem – faz-se necessário que se diga – não é estática no

tempo e no espaço. Seu caráter de mobilidade se dá justamente pelas condições de dinâmicas empregadas pelos grupos sociais que lá estão presentes; a paisagem é, dessa forma, reflexo das ações que se dão sobre o espaço geográfico. Santos (1988) afirma que a paisagem é tudo aquilo que a vista alcança, ou que está ao redor do sujeito, composta por formas, cores, símbolos e movimentos que estão interconectados claramente a uma demanda social, cultural e política. Exemplo disso é a ideia de que uma paisagem em um determinado contexto histórico reflete as condições sociais de uma época. Essa mesma paisagem pode – de acordo com o conjunto de ações efetivadas no espaço – mudar de significado (conteúdo), permanecendo, por outro lado, sua forma, como espécie de “resquício” do que era antes. Forma-se, assim, o que o autor chama de rugosidade espacial (SANTOS, 1988).

A educação patrimonial como promoção do direito à cultura

O Direito possui uma relação muito próxima com a cultura, sendo que a realidade cultural muda a norma, da mesma forma que a norma muda a realidade cultural. A palavra cultura remete ao direito ao acesso e conhecimento da história e ao patrimônio, capazes de proporcionar novos olhares sobre a memória e o passado (TUPIASSU & TAVARES, 2017).

O turismo considerado aqui como uma prática socioespacial (CRUZ, 2006) e que também provoca impactos e contradições sociais e ambientais, nos remete a pergunta: o turismo seria um direito para todos? No nosso entendimento, sim, mas principalmente a possibilidade de acesso a conhecimento e patrimônio cultural e natural dos lugares, bem como seu uso, o uso do espaço turístico.

Dois características intrínsecas ao turismo o diferenciam, fundamentalmente, de outras atividades econômicas ou produtivas, uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social, a outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo. Como prática social, a atividade do turismo tem o turista como principal protagonista e isso implica reconhecer que, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do estado, o “mundo do turismo” não se restringe às ações hegemônicas de atores hegemônicos (CRUZ, 2006, p. 338).

Num mundo de desigualdades, o turismo é um direito por que significa o direito à liberdade de circulação que as pessoas têm direito a exercer, já que a prática da atividade turística representa significações sociais, pois segundo Pérez (2009, p. 14) “o turismo é um sistema de produção e consumo de tempo de lazer, socialmente conotado de signos e atributos sociais. O turismo é uma produção e consumo de bens simbólicos com significações sociais”.

Nesta perspectiva ganha importância a educação patrimonial. Enquanto processo que busca a valorização da herança cultural, esta estratégia visa capacitar a sociedade para um melhor usufruto dos bens culturais, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, *et al* s.d.).

Segundo Florêncio (2012), é da década de 1980, o surgimento da expressão “Educação Patrimonial”, trazida ao Brasil a partir de experiências ocorridas na Inglaterra e aplicadas aqui, com utilização de museus e de monumentos históricos com fins educacionais. Para Florêncio (2012, p. 24):

A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo.

A primeira grande referência do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional, sobre educação patrimonial vai ser o livro intitulado: Guia Básico de Educação Patrimonial, organizado por Horta; Grunberg; Monteiro (1999), no qual, Educação Patrimonial é:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

Embora tenha surgido na década de 80, atualmente a educação patrimonial saiu dos muros dos museus e tem ações na cidade e segundo Scifone (2012):

Ao focar as ações na cidade, é possível superar aquela visão de reificação dos objetos do passado, os monumentos e o patrimônio cultural. Reificação que retira estes objetos de seu contexto, o tecido social, isolando-os do conjunto dos processos sociais.

Assim como, segundo Florêncio *et al.* (2014, p. 19):

a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 19)

A educação patrimonial reveste-se, portanto de um direito a cultura, a cidadania, se entendida enquanto processual e dinâmica, e que reflita as mudanças sociais e políticas da sociedade.

Projeto Roteiros Geo-turisticos: proposta teórica-metodologia e a leitura geográfica da cidade.

O centro histórico de Belém-PA possui espaços que receberam intervenções nos últimos anos, na lógica do processo de “revitalização” (TRINDADE JUNIOR e AMARAL, 2006). E o que se observa, são espaços que compõem os roteiros turísticos que direcionam a visita dos turistas ao centro histórico da cidade.

No entanto, essa área apresenta ampla diversidade de vidas que o produzem, para além das poucas edificações reformadas. Estão presentes atividades comerciais (formais e informais), espaços em deterioração, lixo, festas, atividades portuárias, etc. Essa diversidade diz muito mais sobre o passado e o presente da cidade de Belém.

O projeto Roteiros Geo-turísticos - conhecendo o centro histórico de Belém na Amazônia -, projeto de extensão da UFPA, foi criado com o intuito de apresentar à comunidade científica, à sociedade local e aos turistas, que ele não é um roteiro turístico convencional, pois busca aliar conhecimentos históricos, arquitetônicos, culturais e geográficos. Ele insere locais que não têm sido incluídos frequentemente nos passeios comercializados, espaços nos quais é nítida a carência de ações do poder público, principalmente no que se refere à limpeza e segurança, ao contrário do que ocorre em certos espaços restaurados e refuncionalizados (CIFELLI, 2010).

Paes (2009, p. 176) propõe que se pensarmos nas inúmeras possibilidades de inclusão social a partir da participação da população nos processos decisórios, na gestão do turismo, na educação patrimonial, na capacitação destas populações para ofícios ligados à preservação, restauração e inúmeras atividades associadas ao setor turístico e ao patrimônio cultural, torna-se possível criar se inúmeras alternativas, não só de geração de renda para estas populações, mas também uma nova dinâmica sócioespacial para estas áreas. Mais dinâmica, mais diversificada, mais humana.

A denominação roteiro geo-turístico, no caso do projeto de extensão em Belém, deve-se ao fato de relacionar as análises geográficas sobre o espaço com as práticas turísticas, além de buscar evidenciar a diversidade de agentes e de modos de vida que produzem a cidade, o que contribui para a perspectiva pedagógica do turismo, já que “a viagem proporciona o conhecimento” (FIGUEREDO, 2010, p. 29), um real encontro do turista com o lugar, com a vida do lugar. O que muitas vezes em alguns roteiros turísticos tradicionais é impossibilitado pela rigidez no controle do pouco tempo e dos objetivos do “*fast tour*”, onde o turista tem que ver e fotografar mais em menos tempo.

Nesse sentido, observa-se a importância da participação da população local neste processo, pois ações como estas podem ser um ponto de partida para a formulação de políticas públicas de turismo que agreguem tanto os valores culturais como de reprodução econômica.

Seguindo diretrizes de um tipo de turismo avesso à massificação das práticas consolidadas do turismo global – uma espécie de turismo alternativo – os Roteiros se constituem como verdadeiras

ferramentas de ensino sobre o patrimônio e instrumento da resignificação das práticas turísticas. O pano de fundo é a cidade de Belém, possuidora de uma história e geografia própria que atravessa quatro séculos de formação espacial peculiar no Brasil, em sua porção setentrional, o turismo de base comunitária, por sua vez, é o ideário dessa prática.

Como Belém passou por diversas fases da expansão do sítio urbano, determinadas frações da cidade resguardam momentos históricos importantes. Por sua vez, os roteiros retomam as explicações referentes à construção dos monumentos, das tradições e acontecimentos histórico-culturais que marcaram a formação da cidade. As questões tratadas tentam superar as informações típicas dos guias e manuais de turismo, no qual o conhecimento sobre o patrimônio e a valorização espacial que ele pode inferir sobre o lugar é pouco tratado.

Há uma preocupação nos Roteiros Geo-turísticos em não explicar o significado de patrimônio sem dissociar os aspectos culturais e históricos de Belém que formam sua geografia peculiar. Explicam-se as rugosidades espaciais, (Santos, 2008), que podem ser compreendidas como formas espaciais presentes que foram resultantes de um determinado processo de ocupação. Conceitos da leitura geográfica, tais como, produção do espaço, território, territorialidade, lugar e paisagem também são tratados e explicados de forma a contextualizar a realidade sócio espacial e cultural da cidade.

Em termos teórico-metodológicos de elaboração de execução dos roteiros geo-turísticos, a equipe do projeto é pautada por princípios participativos e dialogais, tendo como referencial o turismo inclusivo e sustentável, com características de turismo alternativo, conforme propõe Paes (2009), com ações distribuídas no levantamento e sistematização de dados, preparação e implementação das oficinas, palestras e os roteiros propriamente ditos. Especificamente, o seguinte percurso metodológico, composto por dez fases básicas, é utilizado para cada roteiro implantado:

1. Definição do tema e itinerário e pontos de paradas do roteiro;
2. Levantamento bibliográfico, iconográfico e documental sobre a temática do roteiro e pontos selecionados;
3. Trabalho de campo para reconhecimento do trajeto do roteiro e contato com as associações presentes na área-objeto do roteiro;
4. Elaboração de texto-guia do roteiro, com base na sistematização de todos os dados levantados pela equipe;
5. Levantamento fotográfico da área-objeto do roteiro.
6. Reuniões semanais de avaliação para aperfeiçoamento da forma e conteúdo do roteiro.
7. Articulação com órgãos governamentais para apoio e de divulgação do roteiro (a saber, Secretaria de Estado do Turismo do Pará – Setur, Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém –

Belemtur, Associação Cidade Velha-Cidade Viva – Civiva, Secretaria de Estado de Cultura do Pará – Secult e Iphan);

8. Envolvimento das associações de moradores ou trabalhadores da área-objeto do roteiro;
9. Roteiros-teste com os monitores do projeto;
10. Divulgação nas redes sociais e implementação do roteiro;

Como ação de educação patrimonial o roteiro tem inserido a sociedade local no conhecimento e problemas do patrimônio material e imaterial da cidade de Belém. A estatística do projeto estima que do total de sete mil participantes desde janeiro de 2011, 95% deste total são moradores da cidade de Belém, o que revela a importância da ação para a sociedade local belenense. Além disso, o Iphan em 2016 reconheceu a importância da ação, como um dos oito projetos premiados com o Premio Rodrigo Melo Franco, que anualmente premia ações de educação e preservação do patrimônio.

Até o ano de 2017, foram formatos e implantados 09 roteiros (TAVARES, 2018), oferecidos ao público de forma gratuita mensalmente e de forma intercalada, a saber:

- a) Roteiro pelo Bairro da Cidade Velha (desde 12 de janeiro de 2011).

Este roteiro foi criado no bairro da Cidade Velha (Primeiro núcleo da cidade no século XVII) por ser este o mais antigo da cidade de Belém e por ter sido uma das portas de ocupação da região Amazônica pelos europeus, processo que data do século XVII.

O bairro possui rugosidades espaciais (Santos, 2008), que podem ser compreendidas como formas espaciais que foram resultantes de um determinado processo de ocupação. No caso da Amazônia, este período se referiu principalmente ao momento da instalação dos fortes militares pelos colonizadores portugueses, pelas missões religiosas, pelos movimentos de revolta, como a Cabanagem, e pela economia da borracha.

Uma ação presente nestes roteiros, é a inserção de lugares no itinerário do roteiro que em um roteiro turístico do mercado turístico, não seriam incluídos, como é o caso da Feira do Açaí, importante porto ao lado do Forte do Presépio em que diariamente desembarca parte do açaí consumido na cidade (foto 01).

Foto 01: Roteiro da Cidade Velha no ponto em que ocorre a Feira do Açaí



Fonte: Marivaldo Pacoal (janeiro, 2016)

b) Roteiro do Ver-o-Peso ao Porto de Belém (desde outubro de 2011)

O segundo roteiro foi implantado em outubro de 2011 com o objetivo de tratar do patrimônio material e imaterial do complexo do Ver-o-Peso (incluído Feira, Mercado de Peixe, Mercado de carne, Praça do Relógio e casario do entorno) e o Porto de Belém (na parte que foi requalificada, onde fica a Estação das Docas, complexo turístico cultural implantado na orla de Belém no ano de 2000).

Nesse roteiro, também se destaca a inserção dos lugares invisíveis ao mercado turístico local, é o caso da Pedra do Ver-o-Peso, onde diariamente desembarcam toneladas de peixes (foto 02).

Foto 02: Grupo durante o roteiro do Ver-o-Peso na pedra do Peixe no Ver-o-Peso



Fonte: Marivaldo Pascoal (2013).

c) Roteiro da *Belle Époque* (desde 24 de abril de 2012).

Este roteiro tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período da belle époque, durante a circulação e entrada de dinheiro nas cidades locais que controlavam parte do mercado da borracha mundial, o caso de Belém, referente ao final do século XIX e início do século XX, em que a cidade sofreu uma reforma urbana, com a expansão do espaço urbano e a implantação de bondes, alargamentos de ruas, arborização da cidade com mangueiras, implantação de praças de um teatro, o da Paz, que representava o local de encontro da burguesia local (foto 03). O modelo era a cidade de Paris: Belém como a "*Petite Paris*" dos trópicos. Por outro lado, esse período representou também uma maior segregação sócioespacial na cidade, com a expulsão da população de mais baixa renda para as áreas alagadas e igarapés que cortavam toda a cidade.

Foto 03: Grupo durante o roteiro da belle époque em frente ao Teatro da Paz



Fonte: Marivaldo Pascoal (2013)

d) Roteiro Pelo interior do bairro da Campina (desde novembro de 2012).

Este roteiro tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XVII e XVIII, quando surge a ocupação do bairro, área comercial e de serviços antiga de Belém. Hoje, o bairro encontra-se a atividade do comércio popular, sendo tombado pelo Iphan desde o ano de 2013,

Foto 04: Grupo durante o roteiro pelo interior do Bairro da Campina



Fonte: Marcos André (2018)

e) Roteiro pelo Bairro do Reduto (desde 28 de agosto de 2013).

Este roteiro tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XIX e XX, quando surge a ocupação do bairro do bairro do Reduto, bairro industrial do período da economia da borracha (foto 05). Este bairro também vai sofrer uma grande reforma urbana, com a expansão do espaço urbano no período da belle époque.

Foto 05: Grupo durante o roteiro Bairro do Reduto



Fonte: Marcos André (2016)

f) Roteiro Pela Estrada de Nazaré (desde setembro de 2014).

Este roteiro tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas (foto 06) e desaparecidas do período referente aos séculos XVIII a XX, quando surge a ocupação do bairro de Nazaré, através da construção de uma estrada ligando o centro da cidade à ermida de Nossa Senhora de Nazaré que vai dar o nome o bairro. Este bairro localizado no entorno do centro histórico, também vai sofrer uma grande reforma urbana, com a implantação de infraestrutura de bondes, alargamentos de ruas, arborização da cidade com mangueiras, implantação de praças e área residencial dos barões da borracha, sendo uma das áreas mais altas do sítio urbano da cidade de Belém.

Foto 06: Grupo durante o roteiro pela Estrada de Nazaré em frente ao mercado de São Brás



Fonte: Marcos André (2018)

g) Roteiro: O Arquiteto Antônio Landi e a Belém do século XVIII (desde outubro de 2015).

Este roteiro procura percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente ao século XVIII, quando o arquiteto Antônio Landi chega em Belém e executa várias edificações ligadas à Igreja (foto 07), ao Estado e a particulares, abrangendo os bairros da Cidade Velha e Campina, onde estas edificações estão ainda localizadas.

O arquiteto Antônio Landi estabelece-se na cidade na segunda metade do século XVIII, na função de desenhista da expedição demarcadora enviada pelo Marquês de Pombal a Amazônia, para redefinição do arco da nova fronteira da região.

Foto 07: Grupo durante o roteiro do arquiteto Antônio Landi em frente a igreja de São Joao Batista



Fonte: Marivaldo Pascoal (2015)

h) Roteiro: O Bairro de Batista Campos e suas transformações espaciais (desde 01 outubro de 2016).

O roteiro tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XVIII a XX, quando surge a ocupação deste bairro. Este bairro encontra-se na área do entorno do centro histórico e também vai sofrer uma grande reforma urbana, com a expansão do espaço urbano no período da Belle Époque com a implantação de infra-estrutura de bondes, alargamentos de ruas, arborização da cidade com mangueiras, implantação de praças (foto 08) e área residencial dos barões da borracha.

Foto 08: Grupo no roteiro pelo bairro de Batista Campos no horto Municipal.



Fonte: Marcos André (2017)

i) Roteiro: O Bairro do Umarizal e suas transformações espaciais (desde 13 dezembro de 2017).

O bairro do Umarizal localizado na zona do centro-sul região central da capital do estado do Pará começou a ser ocupado no século XIX, no começo a área próximo ao igarapé das Almas (atual Doca de Souza Franco), e depois ao longo do tempo a área do bairro como o todo, onde inicialmente era conhecido como um bairro de intelectuais e boêmios, no qual consolidou-se a execução de grandes vacarias (lugares que produzia-se leite para a comercialização), bairro de negros e pobres, das manifestações culturais ligadas a cultura negra, como a capoeira e também as igrejas como os mastros, que eram procissões que antecediam as missas em comemorações aos santos da igreja católica, sendo os do Umarizal os mais conhecidos naquele período, como explana Ribeiro (1995). Sua principal via, a avenida generalíssimo Deodoro foi *locus* da implantação de importantes construções ligadas a saúde, como a Santa Casa de Misericórdia (foto 09), o Hospital da Beneficente Portuguesa; assim como construções ligadas ao Ensino, tais como o Prédio da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará.

Foto 09: Grupo durante o roteiro pelo bairro do Umarizal em frente a Santa Casa de Misericórdia



Fonte: Marcos André (2017)

Entretanto, com o decorrer dos anos o bairro foi perdendo suas características iniciais, devido a expansão do processo de verticalização que chegou ao bairro vindo da região ao entorno, como o bairro de Nazaré e Batista Campos, quando foi permitido os avanços das engenharias, onde foi possível fazer a construção de prédio em terrenos de baixadas, e no decorrer dos anos havendo no bairro a valorização do solo devido a especulação imobiliária e o avanço da urbanização na cidade, configurando através do processo de verticalização a alteração da cartografia do Umarizal.

A experiência de construção de todos estes roteiros apresentados conta com a participação de vários profissionais (geógrafos, turismólogos, historiadores, museólogos e arquitetos), estudantes do ensino médio, da graduação, da pós graduação e da sociedade local (associações, moradores ou trabalhadores locais). Assim, observa-se que a construção destes roteiros, tem contribuído para mostrar a sociedade de maneira geral que há necessidade de se valorizar o patrimônio cultural de nossa cidade, e isso não depende exclusivamente do poder público, a população local pode e deve contribuir também.

Considerações Finais

Considerando, a multipotencialidade do direito à cultura, verifica-se que a ressignificação das práticas turísticas a partir da educação patrimonial nas nossas cidades, como ação estimuladora de valorizar a memória social, histórica e geográfica a contribuir sobremaneira para a revalorização histórica patrimonial, cultural e turística da cidade (associações locais, população em geral e turistas). A experiência de construção de roteiros culturais e ou turísticos, sejam gratuitos, colaborativos ou pagos, tem se mostrado bastante positiva, contando com a participação de vários profissionais, estudantes e sociedade. Tais tipos de experiências contribuem, portanto, para a efetiva implementação da perspectiva do direito à cultura, demonstrando a importância e necessidade de se conhecer e valorizar o patrimônio cultural, afirmando-se como instrumento imprescindível para viabilização da participação social e atuação conjunta entre população e poder público na valorização das cidades.

Todos os 09 roteiros do projeto (implantados até o ano de 2017) constituem ações estimuladoras da valorização da memória social, histórica e geográfica da cidade de Belém, em especial os bairros do centro histórico e seu entorno. Nesse sentido, o projeto vem contribuindo para: a) para repensar o planejamento de ações turísticas para a cidade de Belém; b) para a revalorização histórica, patrimonial, cultural e turística da cidade (associações locais, população em geral e turistas); c) para pensar a cidade de forma interdisciplinar e transversal em seus vários setores de desenvolvimento e qualidade de vida (preservação e valorização do patrimônio, circulação, educação ambiental, violência urbana, infra-estrutura entre outros); e d) principalmente para pensar que a ideia de pertencimento ao lugar, o que é de fundamental importância para a formação do cidadania local, o que Santos (1998) denominava de uma “geografização da cidadania”. Para o qual deveria ser levado em conta pelo menos dois tipos de direitos a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais.

Referências

- BAHL, Miguel. *Viagens e roteiros turísticos*. Curitiba: Prottexto, 2004.
- CIFELLI, Gabrielle. *A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto-MG*. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 113-138.
- CRUZ, Rita. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca, 2003.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço*. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. Disponível em: (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>)

- FIGUEIREDO, Silvio. *Viagens e Viajantes*. São Paulo: Annablume, 2010.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. *Educação Patrimonial: um processo de mediação*. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).
- HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- PAES, Maria Tereza Duarte. *Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais - um olhar geográfico*. In: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan. (Org.). *Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: letra e imagem, 2009, v. 1, p. 162-174.
- PÉREZ, Xerardo Pereiro *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. ACA. Asociación Canaria de Antropología y PASOS, Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, RTPC. Tenerife, España, 2009. 307p. (Colección PASOS edita, número 2)
- RIBEIRO, José Sampaio de Campos. *Gostosa Belém de Outrora/ Campos Ribeiro* — Belém Secult, 2005, 182 p. (série relendo os municípios, n. 4). Reedição fac-símile.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.
- _____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- SERRA, Hugo Rogério Hage ; TAVARES, M. G. C. . *Belém, Cidade Quadricentenária: o patrimônio valorizado pelos Roteiros Geoturísticos*. Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas , v. 25, p. 71-76, 2016.
- SCIFONI, Simone. *Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema* In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN, 2012.
- TAVARES, Maria Goretti da Costa. *Turismo, patrimônio e espaço geográfico; Teoria e Prática de uma ação Interdisciplinar*. REVISTA E-METROPOLIS, v. 32, p. 6-18, 2018.
- TUPIASSU, Lise; TAVARES, Maria Goretti da Costa. *Direito á cultura e educação patrimonial: a experiência dos roteiros Geo-turísticos em Belém-Pará*. Publicações da Escola da AGU: Direito, Gestão e Democracia, v. 9, p. 163, 2017.
- TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair; AMARAL, Márcio Douglas. *Reabilitação Urbana na Área Central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.73-103, jul./dez. 2006.